

Relatório

Atividades e Contas 2025

Março de 2026



D. Pedro V
EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR | 1º CICLO | RESIDÊNCIA SÊNIOR

Índice

1.	Introdução	3
2.	Enquadramento – Reflexão e Perspetivas	8
3.	Análise do ano 2025	10
4.	Indicadores	17
	Anexo	19

1. Introdução

A linha do tempo Institucional



História

O «Recolhimento das Beatas Capuchas» foi instituído por Pedro Aguiar e sua esposa Maria Vieira, no Campo de Santa Ana, aos 31 dias de maio de 1652. As beatas (donzelas ou viúvas) eram sete e deviam viver coletivamente na regra de São Francisco.

Falecido Pedro Aguiar, a viúva dispôs dos seus bens em testamento a favor do sobredito Recolhimento, no caso deste se converter em convento regular da Ordem da Imaculada Conceição, aprovada pelo Papa Júlio II. Igual testamento fez Jerónimo de Barros, irmão de Maria Vieira.

Dom Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo de Braga (1704-1728), converteu em regular o «Recolhimento das Beatas Capuchas». Em 7 de junho de 1720, lançou e benzeu a primeira pedra da igreja para o novo Convento da Ordem da Imaculada Conceição, que ficou concluído em 1727, tendo gasto mais de 22,000 reis, além do dinheiro que recebeu da Misericórdia, conforme as disposições testamentárias da fundadora do Recolhimento e de seu irmão. A autorização pontifícia foi concedida por Breve do Papa Bento XIII, expedido em 2 de maio de 1725, executado por sentença apostólica de 22 de junho de 1726 pela Provisão arcebispal de 5 de junho de 1727. Dom Rodrigo nomeou a primeira abadessa do novo convento a Madre Josefa Maria da Assumpção, que tinha sido priora do Mosteiro do Salvador em Braga. Nomeou para porteira a Madre Maria Suzana de Jesus e para vigária e mestra de noviças a Madre Maria Josefa Trindade, religiosa do convento da Conceição da mesma cidade, as quais, acompanhadas do Arcebispo, entraram processionalmente no novo convento no dia 4 de junho de 1727. Seguiu-se um Tríduo solene com exposição do Santíssimo e sermões. No último dia, 7 de junho, à tarde, foi lida à grade da Ministra pelo secretário da Câmara Eclesiástica a Provisão do Arcebispo sobre o dito Breve impetrado e executado para clausurar este Recolhimento e reduzi-lo a Convento Regular. No dia 8, dia da Santíssima Trindade, lançou o Arcebispo o hábito a 13 noviças, que eram as Recolhidas e a muitas outras estranhas, para perfazerem, o número de 33 Religiosas e 6 Conversas prescrito no Breve citado.

Num belo arcaz da sacristia da Capela da Penha está pintada a seguinte memória: “Esta obra mandou fazer a R.M. Abadessa D. Josefa Maria da Assumpção, religiosa reformadora deste Convento – Ano 1733”.

Este Convento acabou em 21 de dezembro de 1874, pela morte da última freira Madre Luiza Maria da Natividade, ocorrida naquele dia.

Em 11 de novembro de 1861 falecia, com 24 anos, o rei D. Pedro V. A fim de perpetuar a sua memória, fundou-se em Braga o «Asylo da Infância Desvalida». A iniciativa partiu do Marquês de Sabugosa, então governador civil do distrito de Braga, no dia 20 de novembro de 1861. Foi inaugurado, depois, no dia 9 de novembro de 1862 no Hospício das Carvalheiras, pertença do Colégio dos Órfãos. O primeiro Presidente da Direção foi o próprio Arcebispo Dom José Joaquim d’Azevedo e Moura (1856 a1876) e o Vice-Presidente foi o Dr. Francisco de Campos d’Azevedo Soares (1.º Conde de Carcavelos).

Estava, assim, criado o «Asylo da Infância Desvalida de Dom Pedro V».

A 15 de setembro de 1875 (um ano após a morte da última religiosa do Convento), o conselheiro Jerónimo Pimentel apresentou à Câmara de Deputados o pedido de cedência do Convento e suas pertenças ao «Asylo da Infância Desvalida de Dom Pedro V».

Por lei de 12 de maio de 1879, foi obtida do governo a concessão do edifício/convento da Penha e suas pertenças no Campo de Santa Ana ao «Asylo da Infância Desvalida de Dom Pedro V» e deste modo aquela casa que tinha estado ao serviço da Religião passou depois a servir para proveito da Religião e da Sociedade.

Em 23 de março de 1911, o Conservatório das Órfãs do Menino Deus, da Tamanca, instituição criada em 1797 pelo Arcebispo Dom Frei Caetano Brandão, fundiu-se com o «Asylo da Infância Desvalida de Dom Pedro V», sendo esta fusão sancionada por alvará do Governo Civil de 22 de março de 1911 com o nome de Asylo das Órfãs e Infância Desvalida de Braga. O povo, porém, durante muito tempo, sempre lhe chamou Asylo de Dom Pedro V.

Esta instituição, «Lar de D. Pedro V», é uma instituição privada de solidariedade social, anteriormente designada «Asilo das Órfãs e Infância Desvalida de D. Pedro V», tendo sido aprovado os seus Estatutos iniciais por Alvará do Governo Civil de Braga em 27 de março de 1939. Encontra-se inscrita na Direção Geral da Segurança Social desde 16 de março de 1983 sob o nº 18/83.

Atualidade

O Lar de D. Pedro V teve um crescimento sustentado, ao nível de serviços e oferta educativa, sobretudo a partir dos anos noventa do século passado. A Direção vigente decidiu, após consultar a equipa pedagógica, apostar num plano de formação, associado a uma parceria estratégica com a Universidade do Minho e, mais tarde, com a Associação Criança. A intervenção e a articulação entre as duas instituições originaram dinâmicas pedagógicas riquíssimas, experiências e práticas baseadas nos verdadeiros interesses das crianças. O projeto cresceu, desenvolveu-se, amadureceu, integrando, ao nível do Pré-Escolar, a Pedagogia da Participação, resultado de uma investigação pedagógica sob a tutela da Universidade do Minho, nos anos 90.

Atualmente, a Instituição é uma referência no ensino. O Colégio D. Pedro V pertence, desde 2020, à Rede de Escolas Associadas da UNESCO e tem em funcionamento a Educação Pré-escolar, com 4 salas, para cem crianças e o Primeiro Ciclo do Ensino Básico, com 4 salas, 96 crianças, do primeiro ao quarto ano, Atividades e Tempos livres, bem como outras estruturas de apoio ao ensino.

Paralelamente e desde 2021, conta com uma Residência Sénior com capacidade para 36 utentes.

Os espaços são amplos e preparados para atividades de carácter lúdico e pedagógico. Alguns dos espaços mais antigos, mas carregados de história, como os claustros, situados no antigo edifício do convento da Penha ou a Igreja da Nossa Senhora da Penha, fazem as delícias das crianças e dos adultos.

Missão

O Lar de D. Pedro V promove o espírito de convivência assente na gratidão e respeito como fatores decisivos de trabalho comum, tendendo para a construção sólida da valorização integral das crianças, idosos, das suas famílias e de toda a comunidade envolvente.

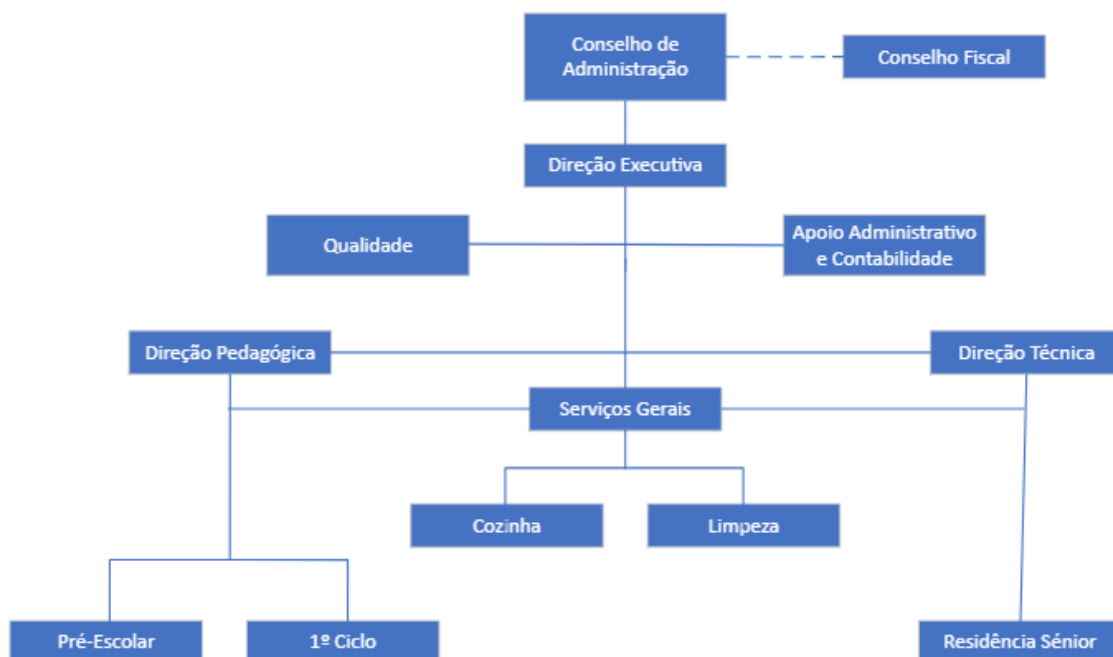
Visão

Prestar e desenvolver com excelência e qualidade, serviços de ação social e pedagógica, perspetivando o interesse e bem-estar dos seus utentes.

Valores

- Promover o espírito de convivência assente na gratidão e respeito como fatores decisivos de trabalho comum, tendente à valorização integral de todos;
- Proporcionar a todos os utentes condições para desenvolverem as suas capacidades e competências, de forma a, por um lado, construírem etapas seguras no seu percurso de formação para a vida e, por outro, de cimentarem as competências e apetências que fazem de cada um o mote para a ação do Lar D. Pedro V;
- Promover contextos em que todos os utentes sintam perpetuadas as tradições e valores vivenciados como premissas que caracterizam a Família;
- Contribuir para a realização da criança, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, proporcionando-lhe um desenvolvimento equilibrado, integrado num contexto intergeracional;
- Contribuir para a realização do utente sénior, através da valorização das suas apetências e competências, da partilha e troca de experiências com crianças e adultos, proporcionando-lhe uma saúde física e emocional equilibradas.

Organograma



2. Enquadramento – Reflexão e Perspetivas

O ano de 2025 confirmou aquilo que muitos antecipavam: um ciclo de transição marcado por fragilidades estruturais persistentes, mas também por sinais de reequilíbrio gradual nas principais economias. A resiliência tornou-se menos um objetivo e mais uma condição de sobrevivência para as organizações que operam em contextos de elevada incerteza.

A Zona Euro navegou com relativa competência os desafios geopolíticos e económicos de 2025. A invasão russa da Ucrânia manteve-se como conflito armado persistente, com riscos de alargamento e perspectivas de resolução frágeis, enquanto no plano comercial a escalada tarifária americana atingiu também a Europa, com impactos significativos nas exportações. Ainda assim, o bloco demonstrou resiliência, com o consumo interno a ganhar impulso e as descidas das taxas de juro do BCE a proporcionar algum alívio.

Do ponto de vista macroeconómico, as previsões da Comissão Europeia para 2025 apontavam para um crescimento de 0,9% na área do euro, com a inflação a abrandar de 2,4% em 2024 para uma média de 2,1% em 2025. O BCE concluiu o seu ciclo de flexibilização monetária com quatro cortes de taxa ao longo do ano, levando a taxa de depósitos a 2%, num esforço de apoio à atividade sem comprometer a convergência para a meta de inflação. Portugal, apesar da sua resiliência interna, não ficou imune: as previsões apontavam para uma moderação do crescimento de 1,9% em 2024 para 1,8% em 2025, com a forte procura interna a ser parcialmente compensada pela quebra da procura externa.

No plano tecnológico, a inteligência artificial generativa deixou de ser uma promessa futura para se tornar uma realidade operacional. A sua integração acelerada nos processos de trabalho, na prestação de serviços e na gestão de recursos humanos obriga as organizações — incluindo as do Terceiro Setor — a repensar modelos de funcionamento e a investir ativamente na literacia digital das suas equipas.

No contexto nacional, o Terceiro Setor manteve o seu papel estrutural no tecido social português, mas viu aprofundarem-se os seus desafios de sustentabilidade. O Governo reconheceu a pressão acumulada sobre as instituições — nomeadamente o impacto da atualização do salário mínimo nos orçamentos —, tendo anunciado uma transferência de 220 milhões de euros para o setor social em 2025, num esforço descrito como de «previsibilidade e justiça» na participação estatal. Apesar deste sinal positivo, a dependência excessiva de fontes de financiamento instáveis permaneceu como uma das vulnerabilidades estruturais do

setor, reforçando a necessidade de uma gestão orçamental rigorosa e da constituição de reservas para imprevistos.

O diagnóstico das organizações da sociedade civil em Portugal revela que a angariação de fundos continua a ser um desafio crítico, com uma dependência significativa de donativos de particulares e financiamento público a fundo perdido — fontes de elevada volatilidade que sublinham a urgência de diversificação e inovação nas estratégias de captação de recursos. Paralelamente, o investimento em digitalização e qualificação dos recursos humanos impôs-se como condição de acesso a financiamentos públicos e europeus, nomeadamente no âmbito do PRR.

O Lar de D. Pedro V encerrou o exercício de 2025 imbuído deste espírito. A conjugação de pressões externas com a necessidade de manter a qualidade das respostas sociais prestadas exigiu rigor na gestão, capacidade de adaptação e uma cultura organizacional orientada para a melhoria contínua. Este relatório é, nesse sentido, não apenas um balanço do exercício, mas um instrumento de aprendizagem e de orientação estratégica — um compromisso renovado com a missão que nos define e com as comunidades que servimos.

3. Análise do ano 2025

Financeiramente, o ano de 2025 foi um ano de evolução muito positiva dos resultados da Instituição. A sustentabilidade do Lar de D. Pedro V é um fator que está inerente à atuação diária da Instituição. Dar primazia absoluta aos objetivos de desenvolvimento sustentável, apostar na eficiência energética, promover o combate ao desperdício, gerir de forma eficiente os recursos da instituição, otimizar as necessidades e despesas correntes, gerir com rigor os meios financeiros e reforçar a negociação na aquisição de bens e serviços, entre outros, são redutos indispensáveis da nossa atuação.

A Instituição tinha iniciado em 2024 a obra de reabilitação da cobertura do edifício principal e de um anexo, que se encontravam num estado elevado de degradação e que concluiu este ano de 2025. A obra envolveu, para além da substituição da telha cerâmica exterior, o reforço da estrutura de suporte e um isolamento térmico/acústico com painel sandwich de 80mm, com vista à melhoria da eficiência energética do edificado e à eliminação de infiltrações de humidade.

No início de 2025, deu-se início à instalação de uma solução solar fotovoltaica com potência de 50KW. Apesar de a instalação da solução apenas sido concluída em junho, o reflexo na diminuição dos consumos energéticos foi relevante, tendo-se refletido o resultado no valor da energia consumida. Também a mudança de operador de energia a meio do ano, fez com que as emissões de CO₂ diminuíssem bastante, dada a utilização de energias 100% renováveis no fornecimento. O resumo comparativo com o ano anterior (incluindo energia elétrica e gás natural) apresenta-se no quadro seguinte:

Ano	2024	2025
Valor pago de energia	52 481,78 €	43 083,89 €
Potência consumida	328 385 Kwh	273 902 Kwh
Emissões de CO ₂	63,3 ton de Co2	47,5 ton de Co2

Ainda em termos de impacto ambiental, a Instituição encaminhou cerca de 2.5 Ton de óleos e gorduras alimentares para um operador licenciado, evitando assim contaminação de águas residuais.

Recursos Humanos

Do ponto de vista dos recursos humanos, o número de colaboradores foi de 56, sendo a média de idades de 44 anos. Verificaram-se, durante este ano, admissões de 19 colaboradores e 15 demissões (por iniciativa dos colaboradores). Tal como tem vindo a ser comum nas Instituições congéneres nos últimos anos, o Colégio sofreu também alterações nos quadros, nomeadamente com a saída de Educadoras de Infância e de Professores do 1º Ciclo para o setor público. Verifica-se igualmente uma instabilidade ao nível dos recursos afetos à Residência.

Com exceção de dois colaboradores que se encontravam a exercer funções por substituição de baixas médicas, todos tinham vínculo à Instituição (contrato sem termo).

Dos 56 colaboradores, 15 (26,8%) possuíam habilitações de nível superior (grau mínimo-Licenciatura). Relativamente à distribuição por género, apenas 5,3% eram do sexo masculino, sendo os restantes do sexo feminino.

Absentismo/Ausências

A distribuição das ausências por tipo durante o ano de 2025 representa-se da seguinte forma:

Tipo de Ausência	N. de Horas
Ausência justificada sem perda de remuneração	481,7
Autodeclaração de doença	34,7
Baixa de Parto	1 459,6
Baixa Médica por doença	1 559,3
Baixa por Seguro	413,8
Dias de Atestado Médico	28,9
Dias de Baixa (assistência familiar)	570,6
Dias de Falta	150,2
Dias de luto	65,7
Falta injustificada	24,0
Falta Justificada por doença	8,0
Faltas justificadas	68,0
Horas de Falta	7,5
Total	4 872,0

Formação

A formação ministrada ao longo do ano de 2025 (total de 860 horas) foi, no caso do corpo docente, focada nos projetos Erasmus aos quais a Instituição se candidatou, bem como na área de 1ºs Socorros e Medidas de Autoproteção. No caso do pessoal não docente, a formação incidiu essencialmente nas áreas da Saúde e Higiene e Segurança no Trabalho e 1ºs Socorros.

Atividades da Componente de Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico (Colégio)

No Colégio D. Pedro V, a ação educativa tem-se caracterizado pela promoção de um ambiente escolar dinâmico, centrado na participação ativa dos alunos, no desenvolvimento do pensamento crítico e na valorização da capacidade de argumentação e de responsabilização individual. Este enquadramento pedagógico assenta numa relação de proximidade e diálogo contínuo entre docentes, alunos e encarregados de educação.

A proposta curricular da instituição privilegia a criação de contextos de aprendizagem diversificados, que ultrapassam o espaço tradicional da sala de aula, adotando uma abordagem de natureza humanista orientada para o desenvolvimento integral de competências. Neste sentido, o Colégio distingue-se pela qualidade da sua oferta educativa ao nível da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, constituindo simultaneamente um desafio permanente e um fator de motivação para toda a equipa educativa.

A prática pedagógica implementada promove o desenvolvimento da consciência cívica e coletiva, incentivando atitudes responsáveis, comportamentos ajustados e o respeito pelos princípios de equidade. Este modelo educativo encontra expressão tanto na execução do Plano Anual de Atividades como nas estratégias desenvolvidas em contexto de sala de aula.

A implementação de projetos pedagógicos, comuns aos diferentes níveis de ensino, tem permitido uma articulação eficaz das atividades e experiências educativas, contribuindo decisivamente para a aquisição de competências essenciais ao longo do percurso escolar dos alunos. Destaca-se, neste âmbito, o Projeto Educativo “Portugalidades: Costumes e Tradições na Era das Inovações”, enquanto exemplo de promoção de aprendizagens significativas e contextualizadas.

Ao longo do período em análise, foram dinamizadas diversas atividades intergeracionais em parceria com o Lar Residência Sénior, proporcionando momentos de partilha e enriquecimento mútuo entre alunos e utentes. Estas iniciativas têm vindo a assumir um caráter cada vez mais estruturado e intencional, revelando impacto positivo ao nível da motivação e do envolvimento dos participantes.

Durante o ano de 2025, verificou-se a consolidação das práticas pedagógicas do Colégio, reforçando-se o projeto educativo em curso e promovendo melhorias nas condições de ensino e aprendizagem. Apesar de no início do ano letivo 2025/2026 o corpo docente ter sofrido mudanças significativas, com a saída e entrada de novos professores titulares, este foi decorrendo de forma e organizada e mais estável, assegurando a continuidade de projetos estruturantes, nomeadamente no âmbito do programa ERASMUS+.

A participação no projeto *“Tales – Take Action with Literacy of Environment for Sustainability”*, que contempla ações de formação docente em contexto internacional e que finalizou com a última reunião transnacional do deste projeto, com os parceiros na Chéquia em setembro de 2025. A organização deste tipo de iniciativas implica elevados níveis de rigor, planeamento e responsabilidade, assegurando simultaneamente a segurança dos participantes e a qualidade pedagógica das experiências.

Destaca-se, igualmente, o reconhecimento do projeto educativo por parte da UNESCO, através da integração na Rede de Escolas Associadas, o que reforça a credibilidade institucional e potencia a participação em iniciativas de âmbito nacional e internacional, promovendo a partilha de boas práticas e experiências educativas.

O relacionamento entre a equipa docente e os encarregados de educação continua a assumir um papel central, sendo desenvolvido através de estratégias que promovem o envolvimento ativo das famílias no percurso educativo dos alunos, fortalecendo a articulação entre os contextos escolar e familiar.

Ao nível institucional, o Colégio continua integrado no Plano Nacional das Artes, assegurando a implementação do Projeto Cultural de Escola, nomeadamente através do projeto *“Arte à Porta”*, iniciado em setembro de 2025, em colaboração com diversos artesãos portugueses. Paralelamente, mantém a sua participação ativa na Rede de Bibliotecas Escolares, dinamizando e colaborando em diversas iniciativas de promoção da leitura e da cultura, com destaque para o Concurso Intermunicipal de Leitura do Cávado 2025/2026.

O Programa Cambridge mantém-se como uma referência no ensino da língua inglesa, contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos. Em paralelo, são asseguradas práticas pedagógicas orientadas para o bem-estar e o

desenvolvimento integral, nomeadamente através das áreas de Yoga, Música, Artes Plásticas e da disciplina de Trabalho de Projeto no 1.º Ciclo, que promovem abordagens mais reflexivas, criativas e experienciadas do processo de aprendizagem.

Atividades da Componente da 3ª Idade – Residência Sénior

Durante o ano de 2025 foram desenvolvidas atividades de animação sociocultural, com o objetivo de promover o envelhecimento ativo, estimular as aptidões e capacidades dos utentes, contribuindo para o aumento da autoestima e do seu bem-estar físico, mental e emocional e diminuição do isolamento social.

As atividades foram planeadas de forma a garantir a qualidade de vida dos residentes, respeitando as suas preferências, necessidades e limitações. Semanalmente, contamos com a realização de atividades lúdicas e recreativas, cognitivas e físicas onde observou-se um aumento notável na participação ativa dos utentes. As atividades que incluem a prática de exercício físico contribuem para melhorar a flexibilidade, a força muscular e a coordenação motora que, por sua vez, reduz o risco de quedas e contribui para a autonomia e independência dos idosos. Já as atividades de estímulo cognitivo que envolvem raciocínio ajudam a prevenir o declínio cognitivo. Ao longo do ano fomos recebendo os meninos do pré-escolar e 1º ciclo do nosso colégio e estudantes do ensino secundário e universitário de Braga que escolheram a nossa residência para pôr em prática algumas atividades, que consistiram sobretudo em debates; palestras; conversas e partilha de memórias/experiências. O projeto com maior duração (230h) foi um estágio de animação sociocultural desenvolvido em maio de 2025. Estas atividades intergeracionais minimizam a sensação de solidão e promovem a partilha de afetos e emoções, o que contribui para o equilíbrio emocional e a saúde mental dos idosos.

À semelhança dos anos anteriores desenvolvemos também algumas atividades em parceria com o Município de Braga, nomeadamente o teatro “Fio que nos une”, dinamizado pelo Tin.bra; “Fados e canções de sempre” e o teatro “Nostalgia” no âmbito do projeto Lar Doce Lar.

Todas as atividades do plano anual foram cumpridas, à exceção das idas à praia no mês de junho, tendo em conta o aumento do grau de dependência da maioria dos nossos residentes. Contudo, mantivemos os passeios pelo centro da cidade de Braga.

A novidade do ano de 2025 foi a organização de uma feira solidária no mês de dezembro, onde foram vendidos adereços natalícios elaborados pelos nossos utentes desde a abertura do lar. O

dinheiro angariado com as vendas reverteu na totalidade a favor de um jovem de 30 anos que sofreu um acidente de viação que o deixou com 95% de incapacidade.

Em épocas festivas mantivemos a elaboração de diversos trabalhos manuais, que foram expostos no sentido de decorar a nossa residência. Com esta exposição os idosos sentem-se valorizados e mais capazes, o que fortalece a sua autoconfiança e autoestima.

Esta valorização do idoso como sujeito ativo é essencial para a promoção de uma vida saudável e com qualidade.

4. Indicadores

A evolução dos resultados de 2025 confirma e reforça a trajetória de recuperação iniciada em 2024, evidenciando que as políticas de gestão implementadas continuam a produzir efeitos positivos e consistentes.

O volume de serviços prestados cresceu 26% face a 2024, atingindo 1.614.310€, o que representa o crescimento mais expressivo do triénio e demonstra uma capacidade de resposta social crescente por parte da instituição. Este crescimento reflete simultaneamente o aumento da procura e a consolidação das respostas em funcionamento.

Do ponto de vista da estrutura de rendimentos, destaca-se uma alteração relevante: o peso dos rendimentos próprios — sem subsídios nem donativos — subiu de 82% para 98%, o que traduz uma redução muito significativa da dependência de financiamento externo e reforça a autonomia financeira da instituição. Este é, porventura, o dado estrutural mais relevante do exercício.

No que respeita aos custos, o peso dos custos com pessoal nos custos operacionais continuou a reduzir-se, passando de 70% em 2024 para 68% em 2025, fruto de uma gestão mais eficiente dos recursos humanos sem prejuízo da qualidade do serviço prestado.

Todos estes fatores confluíram para um EBITDA de 128.820 €, crescimento de 65% face ao ano anterior, e para Resultados Operacionais positivos de 9.249 € — o primeiro resultado operacional positivo do triénio, e um marco relevante na consolidação financeira da instituição. O Resultado Líquido, ainda negativo em -26.244 €, reflete o peso das amortizações e dos encargos financeiros associados ao financiamento das obras realizadas em 2021. Ainda assim, a redução de cerca de 68% face ao resultado líquido de 2024 confirma a trajetória de convergência para o equilíbrio líquido, que se perspectiva alcançável no curto prazo.

Rácios e indicadores - ECONÓMICOS	2023	2024	2025
	Valores em €	Valores em €	Valores em €
Vendas e Serviços prestados	1177392.21	1280004.26	1614309.80
Variação do Volume de Vendas	1.19	1.09	1.26
Serviços Prestados			
Meios Libertos Brutos (EBITDA)	-131764.46	78166.76	128820.39
Resultados Operacionais	-248134.85	-38571.70	9248.66
Resultados Líquidos	-277220.59	-81577.72	-26244.12
Peso dos subsídios Vs	0.17	0.18	0.02
Rendimento Total			

Peso dos rendimentos sem subsídios e donativos	0.83	0.82	0.98
Peso dos custos c/ pessoal nos custos operacionais	0.79	0.70	0.68

Financeiros

Rácios e indicadores - FINANCEIROS	2023	2024	2025
	Valores em €	Valores em €	Valores em €
Capacidade de Autofinanciamento	-160850.20	35160.74	93327.61
Prazo de Segurança da Liquidez	0.53	0.43	0.10

Custos médios por utente

Resposta Social	Custo (€)
Educação Pré-Escolar	434.13
Ensino Básico – 1º Ciclo	371.32
Residência Sénior	1819.12

	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico – 1º Ciclo	Residência Sénior
Custo de pessoal por utente (inclui honorários) (€)	322.89€	291.18€	1329.10€

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	21
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	21
3	Principais Políticas Contabilísticas	22
3.1	Bases de Apresentação	22
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	23
4	Ativos fixos tangíveis	29
5	Ativos intangíveis	31
6	Custos de empréstimos obtidos	31
7	Inventários	32
8	Rendimentos e gastos	32
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	33
10	Subsídios e outros apoios das entidade públicas	33
11	Instrumentos financeiros	33
12	Benefícios dos empregados	33
13	Acontecimentos após a data do balanço	33
14	Agricultura	33
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	33
16	Outras divulgações	34
16.1	Investimentos Financeiros	34
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	34
16.3	Cientes e Utentes	34
16.4	Outras contas a receber	35
16.5	Diferimentos	35
16.6	Outros Ativos Financeiros	35
16.7	Caixa e Depósitos Bancários	35
16.8	Fundos Patrimoniais	36
16.9	Fornecedores	36
16.10	Estado e Outros Entes Públicos	36
16.11	Outras Contas a Pagar	37
16.12	Outros Passivos Financeiros	37
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração	37
16.14	Fornecimentos e serviços externos	37
16.15	Outros rendimentos	38
16.16	Outros gastos	38
16.17	Resultados Financeiros	38
16.18	Acontecimentos após data de Balanço	39

1 Identificação da Entidade

O “LAR DE DOM PEDRO V” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 300 de 30/12/1982, Série III, com sede em Avenida Central, 144. Tem como atividade Ensino Pré-escolar, Ensino básico e Residência Sénior para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Ensino pré-escolar - 4 turmas com o máximo de 25 crianças por turma.
- Ensino básico do 1º ciclo - 1 turma por ano do 1º ao 4º ano, com o máximo de 24 crianças por turma.
- Residência Sénior com capacidade para 36 camas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

O princípio da materialidade e agregação são respeitados em todas as demonstrações financeiras.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não são compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Edificações ligeiras	6
Edificações ligeiras	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	10
Equipamento básico	25
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São

exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu valor de aquisição.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

A Entidade não possui Ativos Intangíveis.

3.2.5 Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros registados referem-se aos Fundos de Compensação Salarial do Pessoal.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- excedentes de revalorização;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A Entidade não tem Locações.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins

estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

Por despacho conjunto dos ministérios das finanças e do Trabalho e da solidariedade, datado de 01/03/2000, a isenção de IRC abrange os rendimentos das categorias C, E, F e G.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates

e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 213 882,00					1 138 432,00
Edifícios e outras construções	6 252 092,73					6 093 542,73
Equipamento básico	300 417,04					321 589,55
Equipamento de transporte	14 303,98	0,00				14 303,98
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	31 501,03	6 090,46				37 591,49
Outros Ativos fixos tangíveis	10 609,48					12 531,41
Total	7 822 806,26	6 090,46	0,00	0,00	0,00	7 617 991,16
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 836 390,59	68 901,89				1 895 453,36
Equipamento básico	165 812,79	16 867,59				182 799,22
Equipamento de transporte	8 582,40	1 430,40				10 012,80
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	31 501,03	1 014,67				32 515,70
Outros Ativos fixos tangíveis	10 609,48	192,19				10 801,67
Total	2 052 896,29	88 406,74	0,00	0,00	0,00	2 131 582,75

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 138 432,00			-75450,00		1 138 432,00
Edifícios e outras construções	6 093 542,73			-158550,00		6 130 610,93
Equipamento básico	321 589,55	6319.36	11999.31			332 560,49
Equipamento de transporte	14 303,98					14 303,98
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	37 591,49		4789.50			37 591,49
Outros Ativos fixos tangíveis	12 531,41		689.00			12 531,41
Total	7 617 991,16	6 319,36	17 477,81	-234 000,00	0,00	7 666 030,30
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 895 453,36	98 583,77				1 994 037,13
Equipamento básico	182 799,22	18 350,70				201 149,92
Equipamento de transporte	10 012,80	1 430,40				11 443,20
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	32 515,70	1 014,67				33 530,37
Outros Ativos fixos tangíveis	10 801,67	192,19				10 993,86
Total	2 131 582,75	119 571,73	0,00	0,00	0,00	2 251 154,48

Propriedades de Investimento

No ano 2025 foi transferido da conta de Ativos fixos Tangíveis para a conta Propriedades de Investimento o valor do Edifício e do respetivo terreno da antiga Cozinha Económica, por motivo de venda.

No ano 2024 foi contabilizado na conta Ativos fixos tangíveis em curso o valor de 22 189,00€ referente ao serviço de engenharia da obra do telhado prevista para iniciar em 2024.

No ano 2025 foram contabilizadas os seguintes valores em Ativos Fixos Tangíveis em Curso

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Saldo Final
Custo			
IVA das Obras	6 531,13	20 633,06	27 164,19
Cobertura do Lar - Serv. Eng.	19 900,00	0,00	19 900,00
Reab.e Reforço da cobertura do Edifício	141 404,47	687 767,86	829 172,33
Total	167 835,60	708 400,92	876 236,52

5 Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 956,92		1665.08			3 956,92
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 956,92	0,00	1 665,08	0,00	0,00	3 956,92
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 956,92	0,00	1665.08			3 956,92
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 956,92	0,00	1 665,08	0,00	0,00	3 956,92

6 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2025	2024
--	------	------

Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	186 597,93	701 078,33	887 676,26	173 785,63	890 898,78	1 064 684,41
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	186 597,93	701 078,33	887 676,26	173 785,63	890 898,78	1 064 684,41

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024			2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	1 737,40	20 956,07	0,00	2 953,28	18 846,67	0,00	2 661,81
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 420,39	113 955,06	0,00	3 168,90	114 024,67	0,00	3 441,58
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	5 157,79	134 911,13	0,00	6 122,18	132 871,34	0,00	6 103,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				138 195,38			135 156,25
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	20 533,41	23 522,82
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 275 738,30	1 184 898,02
Serviços Secundários	54 748,67	71 583,42
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	4 066,71	12 292,88
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 355 087,09	1 292 297,14

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade não possui movimentos em Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade não tinha saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
Comparticipações do ISS, IP	22 295,24	258 657,11
Apoios do Governo		
I.E.F.P.	0,00	2 220,39
Total	22 295,24	260 877,50

11 Instrumentos financeiros

A entidade não trabalha com câmbios.

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram 3

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 55 e em 31/12/2023 foi de 56.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	905 547,72	916 393,89
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	3 599,92	669,96
Encargos sobre as Remunerações	196 971,48	194 718,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 255,41	11 410,25
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	15 686,43	18 978,42
Total	1 133 060,96	1 142 170,81

13 Acontecimentos após a data do balanço

14 Agricultura

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Por despacho conjunto dos ministérios das finanças e do Trabalho e da solidariedade, datado de 01/03/2000, a isenção de IRC abrange os rendimentos das categorias C, E, F e G.

16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, os “Investimentos Financeiros” referem-se aos FCS.

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	167,14	10 187,64
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	167,14	10 187,64

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Não existem saldos.

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes", a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-69,64	1 265,50
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00

Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Total	-69,64	1 265,50

Não se registaram imparidades nos referidos períodos.

16.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	22 607,39	47 479,50
Outras operações	7 003,21	0,00
Outros Devedores	0,00	-148 220,80
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	29 610,60	-100 741,30

16.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6 410,10	6 605,79
Erasmus 2024	0,00	
Total	6 410,10	6 605,79
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	0,00
Erasmus	0,00	
Rendas a reconhecer	0,00	0,00
Caução	477 322,50	47 207,50
Total	477 322,50	0,00

16.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos noutras entidades.

16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	3,77	301,71

Depósitos à ordem	104 187,24	361 558,79
Depósitos a prazo	17 500,00	301 000,00
Outros		
Total	121 691,01	662 860,50

16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	190 534,28	0,00	0,00	190 534,28
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	570 467,79	0,00	-81 781,96	488 685,83
Excedentes de revalorização	3 132 955,40	0,00	0,00	3 132 955,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 294 042,30	0,00	-36 999,37	1 257 042,93
Subsídios	1 355 947,93	0,00	-36 999,37	1 318 948,56
Ajustes em Subsídios	-43 549,22	0,00		-43 549,22
Outros variações	-18 356,41	0,00	0,00	-18 356,41
Total	5 187 999,77	0,00	-118 781,33	5 069 218,44

Os "Excedentes de valorização" reportam a 2012, altura em que se reavaliou o ativo fixo tangível

Em 2023 recebemos o subsídio do PARES 3.0 referente a obras

Embora a candidatura tivesse sido aprovada em 2021, não havendo a certeza de que se ia receber, não foi contabilizado nos anos de 2021 e 2022.

Assim, no ano de 2023, os valores respeitantes ao subsídio de 2021 e 2022 foram lançados na conta de ajustamentos.

16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	11 920,38	12 566,66
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	11 920,38	12 566,66

16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 748,11	4 870,30
Outros Impostos e Taxas	0,01	0,00
Total	5 748,12	4 870,30
Passivo		

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	741,49	5 591,16
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 100,25	3 524,25
Segurança Social	20 453,17	19 527,61
Outros Impostos e Taxas	149,55	149,55
Total	24 444,46	28 792,57

16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		127 990,95		136 276,57
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		-7 003,21		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		62 841,52		33 316,41
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores	0,00	24 231,49		12 170,79
Total	0,00	208 060,75	0,00	181 763,77

16.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Financiamentos Obtidos	887 676,26	1 064 684,41
Total	887 676,26	1 064 684,41

16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	22 295,24	258 657,11
Subsídios de outras entidades	6 259,00	36 941,39
Doações em dinheiro	5 923,64	7 244,47
Doações em espécie	2 266,12	0,00
Total	36 744,00	302 842,97

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	17 648,75	20 693,98

Serviços especializados	115 102,27	101 827,62
Materiais	61 667,19	53 945,49
Energia e fluidos	48 579,18	61 129,00
Deslocações, estadas e transportes	17 649,08	27 364,88
Serviços diversos	12 335,03	15 466,12
Encargos com Utentes	11 756,89	12 855,34
Total	284 738,39	293 282,43

16.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	599,79	655,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,30
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	32 590,20
Outros rendimentos	36 999,37	36 999,37
Total	37 599,16	70 244,87

16.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	5 515,97	1 001,72
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	936,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	425,00	275,00
Total	6 876,97	1 276,72

16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	39 559,49	55 299,60
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00

Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	39 559,49	55 299,60
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4 066,71	12 292,88
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,70
Total	4 066,71	12 293,58
Resultados Financeiros	-35 492,78	-43 006,02

16.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 26 de março de 2026.

Braga, 26 de março de 2026

O Contabilista Certificado

Pel' O Conselho de Administração